

Comissão de Economia e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Federação Portuguesa do Táxi – FPT: <ul style="list-style-type: none"> • Carlos Ramos - Presidente • António Marques • Isabel Patrício • Eduardo Cacaís • Rodolfo Melo • Rafael Vicente 	Vice-Presidente – Dep. Hortense Martins (PS), que presidiu Deputado António Costa Silva (PSD) Dep. Paulo Neves (PSD) Dep. António Eusébio (PS) Dep. Heitor Sousa (BE) Dep. Bruno Dias (PCP)	17 / 12 / 2015	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
O Sr. Presidente da Direção da Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Ramos entregou <i>dossier</i> e interveio: <ul style="list-style-type: none"> - recordou anterior audição (24/2/2015); - em relação à <u>UBER</u>: <ul style="list-style-type: none"> ○ não se enquadra na Lei e comete ilegalidades, ○ o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) não faz nada, 	Dep. António Costa Silva (PSD): <ul style="list-style-type: none"> ○ estas preocupações são importantes, ○ UBER – há 2 petições contraditórias/Relator Dep. Paulo Neves (PSD) e têm disponibilidade para avançar nesta matéria, ○ Tuc-tuc – problema não é só poluição, deve haver regulamentação sobre qualidade do serviço prestado e segurança. 		

Comissão de Economia e Obras Públicas

<ul style="list-style-type: none">○ se as viaturas não respeitam as leis, devem suspender a atividade,○ enquanto a UE, o Executivo e o Legislativo não intervêm, devem cessar a atividade,○ não querem que haja violência; <p>- em relação aos <u>clandestinos</u>, referiu-se:</p> <ul style="list-style-type: none">○ ao transporte de doentes não acamados,○ e aos carros da Província a trabalhar em Lisboa e no Porto. <p>- têm proposta para resolver estes dois problemas, referindo que Governo espanhol já decidiu a apreensão de veículos com multas;</p> <p>- apresentou proposta legislativa (distribuída) com alteração de Portaria;</p> <p>- quanto à Portaria de transporte de doentes, o Governo cedeu às ambulâncias dos Bombeiros e recuou para solução anterior (com exigência de veículos brancos com faixa vermelha) inviável para táxis; defendeu suspensão desta Portaria;</p> <p>- controlo individual de tempos de trabalho – há portaria que prevê livros (apropriados aos TIR e camiões) que ninguém cumpre; há colegas a serem multados/9 mil euros; defendeu suspensão desta Portaria;</p> <p>- Tuc-tuc – Lisboa já tomou medidas, mas os que não</p>	<p>Dep. Paulo Neves (PSD) apresentará relatório sobre petições/UBER em breve, identificando ilegalidades e soluções, problema ultrapassa Portugal.</p> <p>Vice-Presidente – Dep. Hortense Martins (PS) explicou andamento processual das petições até Plenário, com eventuais iniciativas dos Grupos parlamentares.</p> <p>Dep. António Eusébio (PS) referiu-se à regulamentação em falta, que tem efeitos devastadores na área, às consequências na estabilidade no setor e à necessidade de segurança.</p> <p>Dep. Heitor Sousa (BE):</p> <ul style="list-style-type: none">○ é obrigatório debater as petições, mas é necessário vigiar o cumprimento da legislação,○ independentemente do que o legislador venha a fazer, é necessário combater já as ilegalidades,○ vale a pena pressionar o Governo para fazer a regulamentação, que é melhor ser clara nas exigências /transporte de doentes e poluição. <p>Dep. Bruno Dias (PCP):</p> <ul style="list-style-type: none">○ agradeceu consistência do trabalho feito pela FPT e valorizou trabalho feito conjuntamente pela FPT e Comissão, recordando audições feitas por iniciativa PCP, na XIIª Legislatura,○ as situações estão mais difíceis e tem faltado o cumprimento da Lei, que já existe,○ criticou novas chegadas que não querem cumprir a Lei, o que não irá
---	---

Comissão de Economia e Obras Públicas

<p>cumprem exigências deslocam-se para Oeiras e Sintra.</p>	<p>contribuir para legalização,</p> <ul style="list-style-type: none">○ admitiu refletir sobre legislação/regulamentação, mas não para legalizar quem não cumpre,○ qual a resposta do IMT sobre a atividade do Táxi? <p>Vice-Presidente – Dep. Hortense Martins (PS) referiu-se ao trabalho XIIª Legislatura, que será continuado, e considerou útil rever legislação para atualização que for necessária.</p>
<p>O que pretendem ver regulamentado</p>	
<p>Alteração do DL 251/98, de 11/08</p>	
<p>Respostas às questões dos Deputados:</p>	
<p>Sr. Presidente da Direção da Federação Portuguesa do Táxi:</p> <ul style="list-style-type: none">○ notou haver desespero pela falta de solução para problemas, sem peso financeiro,○ considerou que ilegalidade é a UBER existir, que deve ser suspensa, em lugar de continuar como está com prejuízo para os táxis, que não conseguem pagar 30% mais por cumprirem a Lei,○ citou medidas tomadas no Texas, em Estado da Alemanha, etc., fazendo UBER cumprir mesmas exigências dos táxis,○ FPT tem publicado, em <i>site</i>, as situações conhecidas da UBER, depois enviadas às autoridades,○ Ilegais – IMT reconhece que FPT tem razão: só podem começar serviço onde estão licenciados.	



Comissão de Economia e Obras Públicas

Sr. Vice-Presidente da Assembleia da FPT, António Marques referiu-se à Convenção do Ministério da Economia com FPT e ANTRAL, nomeadamente à cláusula 2, cuja clareza sublinhou, faltando apenas cumpri-la.

A Vice-Presidente da Comissão

(Hortense Martins)